

# O PLAN DE COLONIZACIÓN

**ANDRESITO (1980):** Uma geopolítica de defesa nacional para o nordeste da província de misiones (ARG.) limítrofe ao estado do paraná (BR)

**THE ANDRESITO COLONIZATION PLAN (1980):** A national defense geopolitic for the northeast of the misiones province (ARG) limitroph to the state of paraná (BR)

**LE PLÁN COLONIZACIÓN ANDRESITO (1980):** Une géopolique de défense national pour le nord-est de la province des misiones (ARG) limitroph à l'état de paraná (BR)

## RESUMO

Observando-se a zona de fronteira brasileiro-argentina, nos estados de Santa Catarina e Paraná, com o nordeste da Província de *Misiones*, notam-se diferenças significativas na paisagem natural e humana. A própria geografia política é bastante distinta. Enquanto no lado brasileiro a paisagem se apresenta profundamente marcada pela ocupação e ação humana, do lado argentino, ainda hoje é uma paisagem pouco modificada e escassamente ocupada. Este artigo tem por objetivo construir um quadro de referência geo-histórico que permita indicar que a colonização de *Andresito*, município do nordeste de *Misiones*, resulta de uma geopolítica de defesa nacional durante o regime de governo militar argentino, cujo objetivo foi frear a migração brasileira um processo que contribuiu para uma organização diferenciada das demais cidades daquele departamento. Neste artigo<sup>1</sup>, o método adotado foi o qualitativo, e a metodologia consistiu em análise teórica e pesquisa de campo realizada em 2008 e 2019.

Palavras-Chave: Zona de Fronteira brasileiro-argentina; Geopolítica; *Plán de Colonización Andresito*.

## ABSTRACT

There are significant differences in the natural and human landscape of the Brazilian-Argentinian border area, located in the states of Santa Catarina and Paraná, when it is compared to the northeast of Misiones Province. The political geography is very distinct. On the Brazilian side, the landscape is deeply marked by the occupation and human action. On the Argentine side, the landscape is a little modified and sparsely occupied. The purpose of this article is to build a geo-historical reference framework to indicate that the colonization of *Andresito*, municipality in the northeast Misiones, is a result of geopolitics of national defense during the Argentine military government, whose objective was to stop the Brazilian migration, a process that contributed to a differentiated organization from the other cities of that department. In this study, the method adopted was qualitative, and the methodology consisted of theoretical analysis and field research conducted in 2008 and 2019.

Keywords: Brazilian-Argentine border zone; Geopolitics; Andresito Colonization Plan

## RÉSUMÉ

En observant la zone frontalière brésilienne-argentine, dans les états de Santa Catarina et Paraná, avec le nord-est de la province de *Misiones*, il existe des différences significatives dans le paysage naturel et humain. La géographie politique elle-même est assez différente. Alors que du côté brésilien, le paysage est profondément marqué par l'occupation et l'action humaine, du côté argentin, c'est encore un paysage peu modifié et peu occupé. Cet article vise à construire un cadre de référence géo-historique permettant d'indiquer que la colonisation d'*Andresito*, municipalité du nord-est de *Misiones*, résulte d'une géopolitique de défense nationale sous le régime du gouvernement militaire argentin, dont l'objectif était d'arrêter la migration brésilienne, un processus qui a contribué à une organisation différenciée des autres villes de ce département. Dans cet article<sup>1</sup>, la méthode adoptée était qualitative, et la méthodologie consistait en une analyse théorique et des recherches de terrain menées en 2008 et 2019.

Mots-clés: Zone frontalière brésilienne-argentine; Géopolitique; Plan de colonisation Andresito.

## Introdução

Quando se observam imagens de satélite ou mesmo mapas políticos da zona de fronteira brasileiro-argentina, no conjunto do extremo oeste de Santa Catarina e extremo sudoeste do Paraná com o nordeste da Província de *Misiones* (Departamento de *San Pedro* e Departamento General *Manuel Belgrano*)<sup>2</sup>, notam-se imediatamente diferenças significativas na paisagem físico-natural e humana. Enquanto no lado brasileiro a paisagem se apresenta profundamente marcada pela ação humana e densamente ocupada, o lado argentino, apesar das recentes mudanças, apresenta ainda hoje uma paisagem pouco modificada e escassamente ocupada, se comparada ao lado brasileiro. A própria geografia política é significativamente distinta, notadamente pelo número de municípios e cidades. *San Pedro* e Grl. *Manuel Belgrano*, os dois únicos departamentos do nordeste da Província de *Misiones*, somam juntos apenas quatro cidades, três delas em Grl. *Manuel Belgrano* e apenas uma cidade em *San Pedro* (Figura 1).

Em relação à configuração e ao arranjo das cidades de Grl. *Manuel Belgrano*, também, se observam diferenças. Enquanto *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio* se situam junto à linha de fronteira e formam com as cidades brasileiras uma geminação conurbada, a cidade de Comandante *Andresito*<sup>3</sup> encontra-se afastada da linha de fronteira e a 37 km de distância da cidade brasileira de Capanema (Paraná). Que fatores explicam hoje tais diferenças na geografia política e humana daquela zona fronteiriça?

Para responder a indagação, faz-se necessário mergulhar na geo-história da região, a qual nos permitirá demonstrar que as diferenças observadas hoje na paisagem física e humana daquele segmento de fronteira brasileiro-argentino, permitem ponderar imediatamente que o Brasil aplicou a política de ocupação da região de fronteira, ao passo que a Argentina, no começo do século XX, com políticas mais voltadas para o centro do país, não desenvolveu importantes projetos políticos de ocupação para a zona de fronteira do nordeste de *Misiones*. Enquanto no lado brasileiro árvores iam sendo rapidamente derrubadas para dar lugar a ocupação e a produção agrícola, o nordeste de *Misiones* permanecia com parte de sua extensão limítrofe ao Brasil coberta de matas nativas.

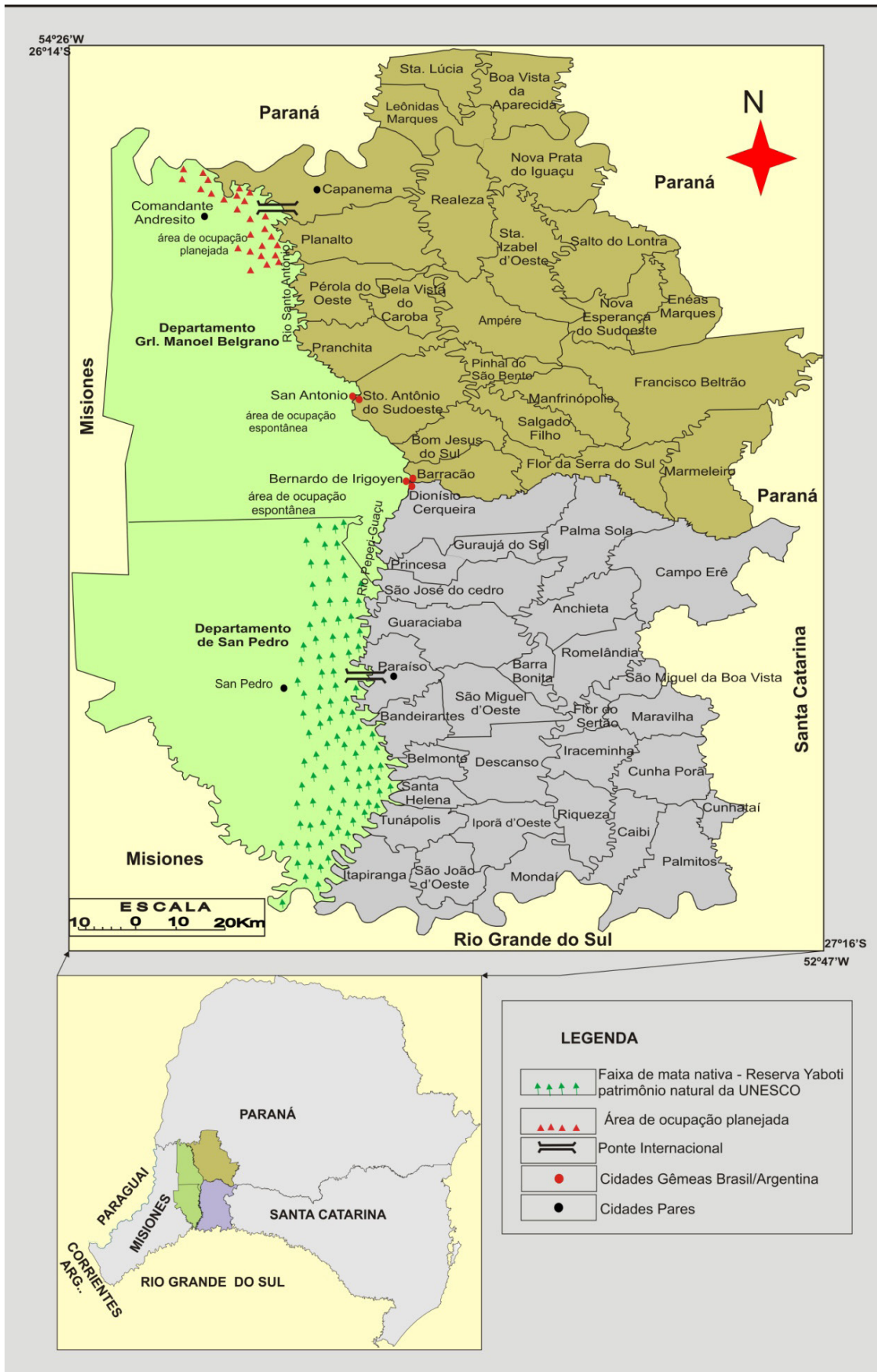


Figura 1 – Divisão política: zona de fronteira brasileiro-argentina (extremo oeste de Santa Catarina, extremo sudoeste do Paraná e nordeste da Província de Misiones), 2010  
 Fonte: organizado pela autora, 2020

Apesar das recentes mudanças no lado argentino, ainda existem terras com pequenas áreas de mata nativa como os da *Reserva da Biosfera Yaboti*, hoje patrimônio natural da UNESCO. Com pequena parte no departamento *Guarani*, a *Reserva da Biosfera Yaboti* localiza-se quase que em toda sua totalidade dentro do Departamento de *San Pedro*, limítrofe ao extremo oeste do Estado de Santa Catarina. Mas, ainda que seja, por vezes, pensada por brasileiros como o resultado de uma geopolítica argentina, ou consciência ambiental maior do que a de brasileiros, a permanência daquela pequena faixa de mata nativa (*Reserva da Biosfera Yaboti*) não pode ser atribuída a uma geopolítica argentina para fazer frente ao expansionismo brasileiro, nem a uma consciência ambiental maior que a dos brasileiros. Sob nenhuma hipótese aquela faixa de mata nativa representou ‘escudo natural’ de defesa contra a migração ilegal brasileira naquele território *misionero*.

Na visão de um professor de ciências ambientais da cidade de *San Pedro* (Dep. *San Pedro*), para compreender a permanência daquela pequena faixa de mata atlântica de interior é preciso voltar ao passado e lembrar que, diferentemente da “*pampa húmeda argentina*”, região de grande importância agrícola para o país, o nordeste de *Misiones* nunca foi região atrativa para a agricultura extensiva, o que de certa forma retardou o desmatamento naquela região, ainda que já tenha havido lá uma primeira exploração da madeira, o que significa dizer que nem toda mata nativa lá existente é de fato mata virgem.

Obviamente que, ao longo da história, houve geopolíticas distintas entre os dois países, por vezes “bastante estereotipadas ideologicamente” como indica Bandeira (1995), mas a permanência da mata nativa nunca foi tomada como uma geopolítica. A geopolítica argentina mais expressiva aplicada para a zona de fronteira do nordeste da Província de *Misiones* (Departamento de *San Pedro* e Departamento *General Manuel Belgrano*) foi gestada durante o regime de governo militar argentino (1966 e 1976) e aplicada a partir de 1976 até 1984, esta última data já no início do período democrático.

Este artigo tem por objetivo construir um quadro de referência geo-histórico que permita indicar que a colonização de *Andresito*, o mais jovem município do nordeste de *Misiones*, limítrofe ao município de Capanema (Paraná - Brasil), resulta de uma geopolítica de defesa do território nacional para frear a migração brasileira e auxiliar na construção de tal espaço sócio-territorial. O método adotado foi o qualitativo, a metodologia consistiu em análise teórica e pesquisa de campo realizada em 2008 e 2019. O trabalho foi dividido em duas seções: a primeira apresenta elementos geo-históricos que permitem compreender como foram elaboradas as políticas de defesa do território nacional argentino para o nordeste da Província de *Misiones* (*Departamento de San Pedro* e *Departamento General Manoel Belgrano*); a segunda analisa como essa geopolítica foi aplicada pelo Estado nacional em *Andresito* (MNES) e que resultado aportou ao segmento de fronteira analisado. Finalizamos o artigo evidenciando que o *Plán de Colonización Andresito*, em parte, atingiu seu objetivo, o de frear a migração brasileira em *Andresito*. Apesar daquela geopolítica de defesa do território nacional argentino, a partir do MERCOSUL, as políticas locais entre os municípios de *Andresito* (MNES)/Capanema (PR) não são de separação, são de aproximação. Já no começo do século XXI, um projeto que uniu os governos locais dos dois municípios da fronteira brasileiro-argentina (*Andresito/Capanema*), foi o da reivindicação junto aos Estados nacionais da legalização da ponte internacional sobre o rio Santo Antônio e da habilitação da aduana de turismo Capanema/*Andresito*. Embora no contexto do MERCOSUL haja alguns avanços e vontade política local direcionada à implantação de políticas públicas transfronteiriças, o que atualmente se verifica é que os Estados nacionais seguem mantendo rigorosas políticas de controle sobre os fluxos cotidianos transfronteiriças locais, é dizer que os Estados nacionais, seguem, em certa medida, com suas fronteiras Estatais rígidas e as formas de controles são, por vezes, dispares e unilaterais.

## Política de defesa nacional argentina para o nordeste de Misiones: Departamentos de San Pedro e General Manuel Belgrano

Defesa nacional é um termo que surgiu na Europa, no final do século XIX, e designava um conjunto de políticas nacionais visando defender o território de um Estado em face de ameaças de outro(s). A noção foi amplamente utilizada por pesquisadores de horizontes diversos, dentre eles, da Geografia, da História e da Sociologia Política, que buscavam analisar as políticas ou geopolíticas entre Estados nacionais, notadamente no período compreendido entre as duas grandes Guerras Mundiais e a Guerra Fria. (SANGUIN, 1975). Tais políticas não se limitavam em pensar somente em estratégias de guerras entre nações, incluíam igualmente políticas de ocupação do espaço, defesa das fronteiras objetivando o controle de fluxos migratórios, defesa de recursos naturais, dentre outras. (SANGUIN, 1975). A noção de defesa nacional também está presente nas políticas dos Estados sul-americanos, como, por exemplo, no Brasil e na Argentina, que desde o final do século XIX aplicavam distintas políticas em defesa de seus territórios nacionais. Por exemplo, em *Corrientes*, província limítrofe ao estado do Rio Grande do Sul, sob a hipótese de guerra entre os dois países, foi construída via férrea com bitola diferente daquela do lado brasileiro<sup>4</sup>. Sem dúvida uma geopolítica aplicada objetivando a defesa do território nacional argentino.

No começo do século XX, após longo litígio de limites com o Brasil (antiga questão de Palmas ou *Misiones*, entre 1857 a 1895)<sup>5</sup>, a Argentina aplica uma geopolítica para o nordeste de *Misiones*, mas diferentemente do que ocorreu na província de *Corrientes*, no nordeste de *Misiones* a geopolítica não estava fundamentada em hipóteses de guerra. O que lá estava em jogo era a soberania territorial, devido à migração brasileira e também paraguaia, portanto era uma geopolítica de ocupação territorial dos espaços vistos como “vazio populacional” e com falta de integração física e espiritual com o resto da nação argentina. Embora, no começo do século XX, tenham sido feitas tentativas oficiais de ocupação do espaço fronteiriço, e até a instalação de equipamentos, como escolas nacionais, implantadas em *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio (Manoel Belgrano)* com intuito de gerar uma identidade nacional, aquela geopolítica não trouxe o resultado esperado, uma vez que as terras, nos departamentos de *San Pedro* e *Manoel Belgrano*, continuavam a ser ocupadas por brasileiros.

A migração brasileira em terras fiscais<sup>6</sup> o nordeste de *Misiones* já vinha ocorrendo desde o final do século XIX e se intensificaria entre 1950 até começo de 1970, devido à expulsão de caboclos brasileiros do oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, regiões onde foram sendo inseridos colonos descendentes de migrantes europeus, oriundos do Rio Grande do Sul. Naquele período, os militares argentinos presentes na região já alertavam o governo nacional de que a zona do nordeste de *Misiones* estava em vias de se desnacionalizar, pois em cidades como *Bernardo de Irigoyen*, *San Antonio (Depto. Manuel Belgrano)* e *San Pedro (Depto. San Pedro)* havia forte presença de brasileiros. O próprio núcleo populacional de *San Pedro* foi fundado, no final do século XIX, por brasileiros oriundos da costa do rio Uruguai, onde deram início à economia extrativa da erva-mate. Os militares informavam da necessidade de promover políticas de soberania e uma “*argentinización*” para aquela zona de fronteira. O mesmo vinha sendo constatado, em menor grau, na região do município de *Andresito* que, sob o olhar dos militares, estava em vias de se tornar uma réplica dos municípios de *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*, onde grande parte da população era de origem brasileira e a língua falada era o “portunhol”.

Na visão dos militares argentinos, para que aquela região não se desnacionalizasse, somente um plano de ocupação agrícola com elementos sociais argentinos poderia enfrentar a migração brasileira e assegurar a soberania nacional na região. Já na década de 1960, a forte preocupação com a zona de fronteira do nordeste de *Misiones* levou o Estado nacional a idealizar dois planos de ocupação: o *Plán de Colonización Andresito* e o *Plán de Colonización San Pedro*. No período da ditadura militar argentina, os dois planos de colonização passam a se concretizar. Em 1970, o Estado nacional promulga a Lei Nacional de nº 18575 “Zonas e Áreas de Fronteira”, cujos objetivos gerais a serem alcançados eram: primeiro, criar con-

dições adequadas para a instalação de moradores, melhorar a infraestrutura e explorar recursos naturais; segundo, garantir a integração da zona de fronteira com o restante da nação argentina. Os planos de colonização foram aprovados, em fevereiro de 1979, pela Lei 1.074, e passaram a ser conduzidos pelo Estado nacional somente em 1980<sup>7</sup>.

Para pôr em prática tal plano, o Estado nacional argentino começou a expulsar os brasileiros ilegais e a selecionar colonos argentinos para ocupar os departamentos de *San Pedro* e *Andresito*. Uma seleção criteriosa fundamentada em pré-requisitos bem definidos, levando inclusive a um processo de exclusão entre os próprios colonos argentinos, pois nem todos conseguiam preencher os critérios estipulados pelo Estado nacional. Segundo entrevista com ex-intendente de *Andresito*, o *Plán de Colonización* de *San Pedro*, na zona de fronteira com Santa Catarina fracassaria imediatamente, por se haver apresentado como mero projeto extrativo: os primeiros colonos argentinos lá inseridos pelo Estado começaram a retirar a madeira para em seguida abandonar o projeto, ou seja, não fixavam residência naquele departamento como previa o plano de ocupação de *San Pedro*, diferentemente do que ocorreria em *Andresito*, como veremos a seguir.

### O *Plán de Colonización Andresito*: uma geopolítica de ocupação e soberania na fronteira com o Paraná (1980)

O *Plán de Colonización Andresito*, criado pelas Leis 1074 y 1088, e aprovado pelo Ministério de Defesa em 1977, representou uma geopolítica de soberania em face da penetração de brasileiros em terras fiscais daquela zona de fronteira. O mesmo objetivava nacionalizar aquela região e integrá-la ao restante da nação argentina. Paralelo a isso, era também objetivo do governo militar criar em *Andresito* uma cidade ecologicamente correta que servisse de modelo ao país e que, ao mesmo tempo, despertasse a consciência para a preservação ambiental, pois o nordeste de *Misiones* à época era ainda região rica em recursos naturais. Para entender tal processo, é preciso esclarecer que o plano de ocupação estava dividido em duas etapas: a primeira, chamada *Plán de Colonización agrícola Andresito*, consistia em expulsar os migrantes brasileiros e inserir unicamente colonos argentinos selecionados pelo Estado nacional; já a segunda etapa, denominada *Plán de Soberanía*, visava a nacionalizar aquela zona fronteiriça exaltando os valores nacionais e integrar a região ao restante do país. Assim, entre 1976 e 1978, os militares argentinos, por ordem do governo nacional, começam a tirar as terras dos brasileiros e expulsá-los daquele país. Segundo entrevista com um ex-intendente de *Andresito*, que participou desde o início naquele projeto político de ocupação, em 1976, havia aproximadamente três mil brasileiros em *Andresito*. Em suas palavras:

Eu conheci essa zona de *Andresito* no ano de 1973, e no ano de 1976 aqui estava cheio de brasileiros, cheio de brasileiros e não havia ninguém que falava aqui o castelhano, com exceção de dois gendarmes e uma professora. Os outros todos falavam só o português, isso era minado de brasileiros! É difícil estimar um número, mas eu calculo que facilmente tinha uns três mil brasileiros. Então como nós tínhamos na época um governo militar, a política era expulsar os hermanos brasileiros e entregar terras aos argentinos para, digamos, frear sua entrada no lado argentino. Por isso nasce esse *Plán de Colonización Andresito*, era um *plán* geopolítico que tinha como principal finalidade controlar a invasão dos brasileiros<sup>8</sup>.

Mas, nem todos os brasileiros foram expulsos, os que tinham filhos nascidos e devidamente registrados na Argentina puderam lá permanecer. Porém, em 1980, com a inserção dos colonos argentinos, os brasileiros que tinha filhos registrados na Argentina e que lá haviam permanecido acabaram por perder as terras que ocupavam, o governo argentino deu-lhes apenas um hectare de terras onde podiam construir suas casas e fazer suas hortas. Foi somente em 1984, na segunda etapa do processo de ocupação de *Andresito*, com o *Plán de Soberanía*, que os brasileiros com filhos nascidos naquele país receberiam terras para plantar. É importante ressaltar que, antes da expulsão dos brasileiros, o Estado nacional sob o governo militar iniciou intensa campanha publicitária oferecendo terras em *Andresito* aos colonos

argentinos. Embora tal campanha fosse estendida por todo o território nacional argentino, era dada preferência aos agricultores de *Misiones* descendentes de migrantes europeus.

Entretanto, para conseguir aquelas terras, os colonos deveriam reunir certas condições, como: não ter antecedentes criminais, ter família com filhos e certo número de ferramentas para trabalho agrícola, como arado, enxada, foice, machado, motosserra, etc., além, é claro, de entenderem de agricultura. Também era muito valorizada a posse de trator e automóvel gerando muitos pontos na escolha dos colonos. Na primeira etapa do plano, os colonos que reuniam todos os pré-requisitos determinados pelo Estado nacional ganhavam até 150 hectares de terras. Cada pré-requisito equivalia a determinada pontuação, o que definia a quantidade de terras que cada família receberia. Por exemplo: uma família com cinco filhos ganhava mais terras do que uma família que tivesse apenas dois filhos, pois cada filho representava um número na determinada pontuação; o mesmo ocorria com o número de ferramentas de trabalho.

Outro pré-requisito imposto pelo Estado era que cada colono deveria apresentar um plano de trabalho detalhado, onde informaria como e o que iria produzir na terra durante os primeiros cinco anos, pois os militares, além de exigirem que os colonos fixassem residência no local, haviam imposto restrições ao corte da mata nativa e exigências na produção agrícola, restrições que deveriam ser rigorosamente seguidas, para não acontecer o mesmo que havia ocorrido, em parte, no Departamento de *San Pedro*. Ou seja, os colonos deveriam cortar apenas cinco hectares de madeira por ano e neles produzir. Por exemplo: no primeiro ano, os colonos cortavam cinco hectares de mata e naquela terra deveriam produzir gêneros alimentícios; no ano seguinte cortavam mais cinco hectares de mata e já passavam a produzir sobre dez hectares de terras, e assim sucessivamente para os três anos seguintes, daí a importância de apresentar um plano de trabalho detalhado para poder ocupar terras em *Andresito*. Esse plano de produção também recebia significativa pontuação durante a criteriosa seleção dos colonos.

Outra restrição imposta pelo Estado foi à proibição do plantio da erva-mate naquelas terras, devido à lei provincial que o impedia em *Misiones*, pois aquela província estava quase totalmente voltada para essa atividade econômica. Mas a restrição ao plantio de erva-mate em *Andresito* não durou muito tempo. Em 1981, uma mudança na lei provincial passou a permitir que os colonos cultivassem a erva-mate em *Andresito*, porém, sob rigoroso controle dos militares e restrito a apenas 20 hectares de terras. Desse modo, na primeira etapa do plano de ocupação agrícola, foram selecionadas apenas 80 famílias, as quais ganharam do Estado argentino as melhores terras daquela região, na maioria, propriedades de 150 hectares. Mas, no contexto da colonização de *Andresito*, os colonos foram sendo inseridos no meio da mata virgem, sem nenhuma infraestrutura básica, nem por parte da Província e nem por parte do Estado nacional argentino. A população passou a depender totalmente do lado brasileiro, notadamente do município de Capanema (Paraná). A esse respeito é interessante observar o depoimento de ex-intendente de *Andresito* que viveu aquele processo de colonização:

Primeiro o Estado foi colocando os colonos e só depois é que ele foi implantando infraestruturas básicas, como estradas, serviços de saúde e educação. A telefonia, água potável e luz elétrica tardaram mais. Nos primeiros anos foi muito, muito difícil para as pessoas que aqui vieram, porque aqui tinha uma única venda de mercadorias e muito, muito precária. Não tinha mais nada, então se ia ao Brasil para comprar, passamos a depender totalmente do outro lado, inclusive as sementes para o plantio eram compradas no Brasil. Mas, em contrapartida a essas desvantagens, o Estado provincial permitia que se fizesse aqui a exportação da madeira livre de impostos sobre a venda, foram vantagens que favoreceu as pessoas, [...].<sup>9</sup>

Nos dois primeiros anos, o *Plán de Colonización Andresito* esteve a ponto de fracassar, pois a única fonte de renda dos colonos era a madeira e ela não tinha valor econômico significativo no mercado nacional argentino. Os colonos derrubavam cinco hectares de mato para vender a madeira, mas mesmo livre de impostos os lucros obtidos não cobriam os custos com sementes, plantio e investimentos necessários nas propriedades, razão pela qual, pelo menos 20% das primeiras 80 famílias acabaram por retornar aos lugares de origem e outros



estavam em vias de abandonar o plano. Mas tal situação se inverteu parcialmente no final de 1982, quando o valor da madeira triplicou e com isso os colonos que já pensavam em abandonar aquelas terras acabaram por permanecer na região. Em 1983, com a queda do regime militar argentino, ocorre a primeira eleição para Intendente<sup>10</sup> em *Andresito*. E em 1984 foi posta em prática a segunda etapa de colonização com o *Plán de Soberanía*, quando os brasileiros que lá haviam permanecido conquistaram o direito a pequenas propriedades de terras que não passavam de 10 e 25 hectares.

O mesmo ocorre com os verdadeiros donos daquelas terras, os indígenas guaranis, que passaram a viver em ínfima área de terras demarcadas pelo Estado nacional. Na verdade, a Argentina cometeu os mesmos erros que o Brasil, pois os indígenas guaranis que lá viviam, segundo entrevista com ex-intendente de *Andresito*, aproximadamente 30 famílias, receberam uma área de apenas 200 hectares de terras. Assim, se dividirmos o número de hectares pelo número de famílias, cada família guarani ficou com menos de sete hectares de terras em *Andresito*, número inferior ao das terras dadas às famílias de brasileiros com filhos argentinos.

Diferentemente da primeira etapa, que fora exclusivamente conduzida pelos militares argentinos, na segunda etapa, o *Plán de Soberanía*, já sob a democracia argentina, foi conduzido prioritariamente por políticos locais e da província com interesses político-partidários e particulares. Com a valorização da madeira, o corte da mata nativa se intensificou, fugindo ao controle de qualquer poder, e a pontuação dos requisitos imposta pelo governo militar acabou totalmente, como revela o depoimento abaixo que, embora extenso, é extremamente interessante:

Com o *Plán de Soberanía* foi entregue as terras da segunda etapa do *Plán de Colonización*, mas lamentavelmente nessa segunda etapa já entrou o manejo político, onde, digamos, já era diferente, porque a pontuação que davam originalmente na primeira etapa, na segunda etapa mudou tudo! Mudou porque era tudo político, então o que se passou, é que teve gente muito boa e teve gente muito má que aqui vieram! Gente que veio exclusivamente para explorar a madeira e depois venderam a muitos bons preços suas terras e se foram embora. Mais ou menos como aconteceu ali no Brasil, no período da madeira. Isso aconteceu aqui também depois de assumir as autoridades locais eleitas, não era como o governo militar que era ditatorial que davam uma ordem e tinham que cumprir. Com a democracia isso mudou tudo, começaram os favores políticos, gente que não correspondia ao plano e que vieram só para explorar o mato, gente boa que veio sim para criar possibilidades e que conseguiram apenas uma pequena chácara de terras, então teve muitos problemas nessa segunda etapa do Plano. Quero também dizer algo com respeito a essas famílias de brasileiros que tinham filhos argentinos: na segunda etapa desse Plano eles puderam aceder algum pedaço de terra, o governo os reconheceu e lhes permitiu aceder a pequenos pedaços de terra. Não me recordo, mas acho que conseguiram em média 10 hectares para o cultivo, alguns conseguiram até 25 hectares de terras, menor quantidade de terras que determinava a primeira etapa do Plano, porque as propriedades de até 150 hectares de terras se entregaram somente na primeira etapa e para quem era de fato argentino. Na segunda etapa os lotes eram menores, e em alguns casos eram maiores do que 150 hectares, porém a terra não era boa para agricultura, me entende?<sup>11</sup>

Apesar do desfecho que teve, pode-se dizer que o *Plán de Colonización Andresito* atingiu seu principal objetivo: o de frear a migração ilegal brasileira, pois as terras naquele município foram totalmente ocupadas pelos colonos argentinos. Mas, por outro lado, podemos também dizer que o plano fracassou em muitos outros aspectos; um deles foi à intenção de impedir interações entre fronteiriços brasileiros e argentinos, para que não houvesse lá influência brasileira como ocorria nos municípios de em *San Pedro*, *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*. Entretanto, mesmo com todos os esforços dos militares, desde a primeira etapa do plano de colonização, a população de *Andresito* passou a interagir com o lado brasileiro, principalmente nas relações econômico-comerciais. É importante lembrar que as interações transfronteiriças já aconteciam antes do *Plán de Colonización Andresito*, eram interações de brasileiros (migrantes em *Andresito*) com brasileiros de Capanema (Paraná). Assim, os novos moradores daquele município passaram a depender quase totalmente do comércio brasileiro, primeiro porque muitos produtos e mercadorias de consumo correntes não eram encontrados lá; e segundo pela diferença cambial que favorecia comprar em lado brasileiro. Por conseguinte, a população de *Andresito* ficou, por aproximadamente 20

anos, dependendo de produtos de consumo corrente do lado brasileiro, notadamente de Capanema (PR). Sem dúvida, *Andresito* é o resultado de uma geopolítica, mas contrariamente aos ideais geopolíticos, desde sua fundação passou a manter interações transfronteiriças com o lado brasileiro e hoje constitui-se em cidade par com Capanema (PR).

Pode-se dizer que outro objetivo que fracassou no *Plán de Colonización Andresito* foi aquele de criar uma cidade ecologicamente correta e um município com cultura agrícola planejada, respeitando as matas nativas e o meio ambiente. Na verdade, a exemplo do que ocorreu no lado brasileiro, a história parece haver-se repetido em *Andresito*, pois os colonos não respeitaram as diretrizes do plano de colonização, e, por consequência, as matas nativas foram rapidamente devastadas, dando lugar às monoculturas da erva-mate e madeira, esta última destinada à produção de celulose e papel, o que tem gerado contaminação das águas e provocado problemas de saúde na população. Assim como ocorreu e ainda ocorre no lado brasileiro, os colonos de *Andresito* também não respeitaram a margem dos rios. A própria cidade que deveria ser um modelo de conscientização ambiental foi fundada sobre um importante rio daquele município: o São Francisco, que hoje se encontra bastante poluído como revela o depoimento abaixo:

Lamentavelmente, nós do plano, que poderíamos ter feito as coisas acontecerem de forma diferente, não fizemos, cometemos os mesmos erros que nossos antepassados cometeram em outros lugares. Quando nós viemos pra cá em 1980, o rio São Francisco era rio de água cristalina, era um leito de pedras onde viviam quantidades de peixes e você podia caminhar e ver o fundo do rio. Hoje o fundo do rio é barro, ao redor, a vegetação hoje é pasto para o gado e doenças que vieram com a agricultura. As águas estão contaminadas, os colonos permitem que o gado vá até o rio, o que vai criando erosão e hoje já não se pode mais pescar, porque não há mais nada, nada de peixes, então nós destruímos tudo isso! O que se passou no lado brasileiro se passou também aqui. A única diferença é que lá os colonos plantam em grande escala e de maneira intensiva. Digo pra você que, ninguém, mas ninguém respeitou isso, nem mesmo o Estado respeitou, porque se o Estado tivesse respeitado isso, hoje nós não estaríamos assentados aqui, me entende?<sup>12</sup>

Na etapa do *Plán de Soberanía*, *Andresito* ficou conhecido como município do “ouro verde” devido aos lucros gerados pela exploração econômica da madeira. Desse modo, ninguém respeitou as restrições ao desmatamento e nem mesmo ao plantio de erva-mate, o que provocou o desaparecimento acelerado das matas nativas daquele município. Portanto, diferentemente do que previa o plano inicial, com o fim do regime militar e o advento da democracia, os colonos passaram a destinar grandes áreas de terras ao plantio de erva-mate, tornando-a uma cultura agrícola que é ainda hoje a base econômica de *Andresito* e faz daquele município um dos maiores produtores de erva-mate de *Misiones*. Segundo informações da Secretaria da Cultura e Turismo de *Andresito*, o município produz uma média de 100 milhões de quilogramas de folhas verdes por ano, o que significa que “30% da produção total da província e 25% do total da produção do país são produzidos em *Andresito*”. Uma das indústrias de produção mais importantes daquele município é a Indústria *Yerba Mate Andresito*. Além disso, incentivados pelas indústrias de celulose os colonos passaram a fazer o chamado “reflorestamento”, com espécies como o cedro australiano, pinus americano (*Elliottii*), eucaliptos e outras espécies para produção de celulose.

Se compararmos os municípios no nordeste de *Misiones*, constata-se imediatamente que *Andresito* se diferencia dos demais municípios, sobretudo no que se refere à geografia humana. A exemplo do lado brasileiro, o Estado nacional tentou fazer lá o “branqueamento da população”, pois as terras foram entregue fundamentalmente aos argentinos descendentes de europeus, como poloneses, suíços, alemães, belgas e, em menor número, a russos e ucranianos, uma população que ainda hoje é menos miscigenada do que aquelas de *Bernardo de Irigoyen*, *San Pedro* e *San Antonio*. As próprias propriedades rurais são ali diferenciadas: enquanto em *Andresito* existem propriedades de até 150 hectares de terra, nos demais municípios do nordeste de *Misiones* as propriedades agrícolas variam entre 5 e 25 hectares de terras, diferenças que são atribuídas ao próprio plano geopolítico de colonização. O que chama a atenção é que, apesar das tentativas de “branqueamento da

população”, aquele município, em função do modelo agrícola lá implantado, logo se viu forçado a permitir a entrada de outros grupos étnicos, como os descendentes de indígenas guaranis do Paraguai e caboclos brasileiros. Tal fato se deve, em parte, à própria cultura agrícola da erva-mate, pois os colonos não dominavam as técnicas do corte das erva-mates, por isso viram-se forçados a contratar descendentes de indígenas guaranis do Paraguai e descendentes de caboclos brasileiros, trabalhadores mais especializados naquela cultura agrícola, como comprova o depoimento abaixo:

Aqui quem colhe a erva-mate são os tarefeiros (trabalhadores) e os bons tarefeiros, aqueles que realmente sabem cortar a erva, são descendentes de índios paraguaios e em menor grau descendentes de caboclos brasileiros. A maioria dos tarefeiros aqui é descendente de paraguaios, temos uma porcentagem desses tarefeiros que já moram aqui e outra porcentagem que vai e vem, são mais flutuantes. [...]¹³

Segundo informações obtidas na indústria *Yerba Mate Andresito*, ainda hoje, a maioria da mão de obra empregada no corte da erva-mate de *Andresito* é de descendentes de indígenas guaranis e, em menor quantidade, de caboclos brasileiros, são os chamados tarefeiros, que no passado eram também chamados de *mensús* (trabalhadores *mensuales* ou mensais). Estes trabalhadores ainda hoje são contratados informalmente, sem contrato legal de trabalho nem assistência social, e quando termina o corte da erva-mate são dispensados, muitos deles com sérios problemas de saúde, devido às difíceis condições de trabalho. Cada trabalhador deve ter seus próprios instrumentos de trabalho (ferramentas de corte da erva-mate). A alimentação desses trabalhadores é basicamente o *reviro* (uma mistura de farinha com gordura animal), alimento que ingerido uma vez ao dia provoca sensação de satisfação, levando a crer que o organismo não necessita de outros nutrientes, e justamente por isso a maioria dos tarefeiros apresentam aspecto de desnutrição e ficam vulneráveis a vários tipos de doenças, como a chamada “gripe recolhida”.

Durante o período de inverno, principalmente pela manhã, as erva-mates normalmente se encontram cobertas de orvalho ou geada, e à medida que o trabalhador vai cortando as folhas a roupa vai ficando totalmente molhada, e em contato com o corpo do trabalhador, acaba por provocar a “gripe recolhida que não cura mais”. Esta é na verdade, uma doença pulmonar que invalida o trabalhador, pois ele fica com dificuldades de respirar e exercer qualquer outra atividade. Muitos desses trabalhadores, à margem de qualquer tipo de assistência e sem acesso à terra, em período de entressafra acabam por invadir pequenas áreas ao entorno da cidade, onde constroem pequenas casas e barracas, criando pequenos embriões de favelas. Assim como em outras áreas do nordeste de *Misiones*, em *Andresito* também já existem movimentos organizados que lutam pela terra, uma luta que vem sendo apoiada notadamente pela União Campesina e que hoje já se articula e com o Movimento dos Sem-Terra (MST) e a Pastoral da Terra no lado brasileiro.

Desde meados da década de 1990, a União Campesina e a Pastoral da Igreja argentina vêm interagindo com líderes do MST brasileiro, os quais apoiam a luta pela terra e têm inclusive orientado agricultores argentinos a se articularem para pressionar o governo nacional para que adquira terras de proprietários que não as trabalham e que não residem na região, a fim de regularizar as propriedades em que vivem. Um dos grandes problemas verificados atualmente no nordeste de *Misiones* está relacionado com a produção de madeira para pasta de celulose, que vem ocupando grandes extensões de terras para o chamado “reflorestamento” e vem inclusive forçando colonos a venderem suas pequenas propriedades agrícolas para dar lugar à produção de madeira para celulose. Esse “reflorestamento” já vem ocorrendo há mais de três décadas no nordeste de *Misiones*, mas segundo informações de engenheiros florestais do Instituto Nacional de Tecnologia Argentina (INTA) de Bernardo de Irigoyen, está ocorrendo em toda a província de *Misiones*, aonde as terras vêm passando aos poucos para o domínio das empresas de celulose. Exemplo disso é a indústria chilena *Alto Paraná*, e em menor escala a *Papel Misionero*, pois a empresa *Piray*, a mais antiga de *Misiones*, sem capital financeiro para investir em novas tecnologias, acabou por se tornar obsoleta e fechou.

Segundo informações do INTA, a *Alto Paraná* é hoje considerada a mais importante indústria produtora de celulose daquela província. Embora o controle acionário esteja na mão de chilenos, também há participação financeira dos Estados Unidos e é hoje comandada pela Arauco, do Chile, uma das maiores empresas do mundo no ramo de celulose e derivados, com tecnologia de última geração. A indústria *Alto Paraná* ocupa hoje aproximadamente 8% de terras da Província de *Misiones*, terras destinadas exclusivamente ao “reflorestamento” para produzir pasta de celulose e compensado. Terras que há menos de 50 anos atrás eram cobertas de mata nativa, hoje desaparecida, pois as indústrias de celulose “foram comprando as terras e derrubando todo o mato nativo e plantaram pinho para produção de celulose”<sup>14</sup>. Esse tipo de cultura tem contribuído para o desaparecimento das matas nativas de *Misiones* que, sob o olhar de um jornalista de Santo Antônio do Sudoeste (PR), já deixou de ser a “Amazônia argentina”.

*Misiones* que até alguns anos atrás era considerada a Amazônia deles, hoje já não é mais, porque infelizmente estão desmatando tudo. Sinto saudades da paisagem que eu conheci, lembro das muitas viagens a Posadas quando eu ia de carro e reduzia a velocidade só para apreciar as matas que serpenteavam no asfalto. Eu ficava por mais de três horas no asfalto com as janelas do meu carro abertas andando bem devagarzinho só para sentir o cheirinho da mata. Hoje quando vou a Posadas já não sinto o mesmo [...], pelo menos 70% da paisagem foi modificada, tu vê aqueles buracos imensos onde o mato deu lugar pra casas e fazendas, onde se vê enorme fumaceira que antes não se via, [...] <sup>15</sup>

Como indicado, as modificações lá observadas se iniciaram logo após a contenda de *Palmas ou Misiones*, quando a “fronteira agrícola” já se apresentava em franca transgressão pelo avanço de agricultores brasileiros oriundos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em direção ao nordeste de *Misiones*. Nos anos noventa, em estudo sobre a migração brasileira nos países do Mercosul, Haesbaert também alertava para o problema do desmatamento em *Misiones*: “as florestas de *Misiones*” vêm sendo “rapidamente alteradas”, (HAESBAERT, 1998b, p.59). A figura 6 nos dá uma ideia do que resta de mata nativa no nordeste da Província de *Misiones* (Departamento *San Pedro* e *General Manuel Belgrano*), apenas algumas manchas verdes, a maior delas formada pela *Reserva Yaboti*, no Departamento de *San Pedro*, e alguns parques e reservas naturais no departamento Grl. Manuel Belgrano.

Segundo informações da *Gendarmería Nacional Argentina*, em *Bernardo de Irigoyen*, apenas 252.773 mil hectares de terras em *Misiones* são áreas de bosques nativos da *Biosfera Yaboti*, terras que pertencem predominantemente ao setor privado, mas submetidas a um regime de conservação e declaradas patrimônio natural pela UNESCO. A *Reserva Yaboti*, no Departamento *San Pedro*, limítrofe ao Estado de Santa Catarina, é área que tem sido apontada como um campo de interação de constantes conflitos entre militares da *Gendarmería* e agricultores brasileiros, acusados de extração ilegal da madeira, caça e pesca em território argentino.



Figura 6 – Província de Misiones: áreas de Parques e Reservas naturais, 2010  
 Fonte: elaborado pela autora, 2010.

Outro fator que vem contribuindo para o desmatamento no nordeste de *Misiones* tem sido a entrada de novos colonos dedicados a produção de fumo e criação de gado. São filhos de migrantes brasileiros, mas são argentinos oriundos do sul da província de *Misiones*, de antigas colônias, como *Alícia*, *Aurora*, *Santa Rita* e *Barra Bonita* (Departamento *25 de Mayo*), e *Panambí*, (Departamento de *San Xavier*). São agricultores que estariam abandonando terras improdutivas e adquirindo novas no nordeste de *Misiones* para cultivar produtos agrícolas, notadamente o fumo e grãos. Estamos de acordo com Foucher (1986), de que essa é uma das fronteiras mais marcadas da América Latina pelas mudanças recentes da geografia humana.

## Considerações

Este trabalho permitiu evidenciar que *Andresito* é o resultado de uma geopolítica aplicada pelo Estado nacional argentino durante o regime de governo militar, na zona de fronteira do nordeste de *Misiones* com a região geográfica do sudoeste do Paraná. Ainda que aplicada tardiamente, aquela geopolítica cumpriu, em parte, com seus objetivos, que era frear a migração brasileira e introduzir agricultores argentinos descendentes de europeus. Naquela geopolítica, o Estado nacional argentino, foi o organizador do espaço social e interventor no processo produtivo de *Andresito*. Importante destacar que o primeiro núcleo de ocupação em *Andresito*, fundado por migrantes brasileiros, ainda na década de 1950, nas proximidades do limite (rio Santo Antônio) foi extinto com a expulsão dos mesmos, pois o Estado nacional não queria que se repetisse o que havia acontecido com *San Antonio* e *Bernardo de Irigoyen*, núcleos populacionais geminados que nasceram espontaneamente e mais tarde evoluíram para cidades gêmeas conurbadas. Os Estados nacionais viam, e ainda hoje vêem, em certa medida, as cidades gêmeas conurbadas como um problema para a segurança nacional e o controle dos fluxos transfronteiriços, tanto materiais (econômico-comerciais) quanto imateriais (socioculturais).

Portanto, *Andresito* é uma cidade que difere das demais do Departamento Grl. *Manuel Belgrano*, já que o Estado nacional argentino estrategicamente a distanciou tanto do limite internacional quanto da cidade brasileira de Capanema (PR). Contudo, se havia preocupação com a segurança nacional, por outro lado, não houve preocupação com a implantação de políticas públicas, como a de saúde que ainda hoje se constituem num problema local. Assim, a população de *Andresito*, passou a buscar serviços médico-hospitalares e odontológicos, dentre outros, em lado brasileiro, uma prática que ainda hoje vigora. No setor de serviços comerciais, a população buscava em Capanema ferramentas, gêneros alimentícios, sementes para o plantio, dentre outros produtos e mercadorias necessários cotidianamente. Até mesmo os militares passaram a depender de vários tipos de serviços do lado brasileiro. Neste sentido, *Andresito* e Capanema tornaram-se cidades pares e que ainda hoje interagem, gerando interações transfronteiriças tanto econômico-comerciais quanto sociais.

Com o fim do regime militar nos dois países, se inicia o processo de redemocratização com a superação de antigas rivalidades entre Brasil e Argentina, e já na década de 1990, os dois países passaram a defender politicamente o processo de integração da América do Sul. Neste sentido, a partir da entrada em vigor do MERCOSUL, as políticas locais entre os municípios de *Andresito* (MNES)/Capanema (PR) passaram a ser de aproximação. Já no começo do século XXI, um projeto que uniu os governos locais (intendente e prefeito) dos dois municípios da fronteira brasileiro-argentina (*Andresito*/Capanema), foi o da reivindicação junto aos Estados nacionais da legalização da ponte internacional sobre o rio Santo Antônio e da habilitação da aduana de turismo Capanema/*Andresito*. Em 2008, Capanema e *Andresito* conquistam a legalização da ponte e habilitação do turismo. Durante a inauguração da aduana de turismo, muitos discursos políticos de autoridades locais e representantes de autoridades nacionais aclamaram a importância daquele ato inaugural e da liberação dos controles para a população local.

No entanto, passados dez anos daquele ato, hoje se constata sérios problemas nas interações transfronteiriças dos dois municípios. Os agentes que fiscalizam os fluxos de turismo, notadamente em lado brasileiro, dependendo do agente que lá se encontra, exige da população de *Andresito* que faça o preenchimento do cartão de entrada e saída no Brasil (tarjeta de entradas y salidas, popularmente chamada de *permiso*). Então há dias em que ninguém cobra o preenchimento do *permiso* para entrar em Capanema (PR) e há outros em que se exige o preenchimento do *permiso*. Tais “normas” geram indagações por parte dos fronteiriços, já que ora o *permiso* é solicitado e ora não. Não obstante, aquele controle fronteiriço passou a fechar durante a noite, fecha as 19h00min e reabre somente as 7h00min do dia seguinte. Esse fechamento tem gerado sentimentos diversos entre moradores de

Capanema e *Andresito*, pois interrompe os fluxos socioculturais noturnos. Expressando sentimento de indignação, um empresário de *Andresito*, em entrevista, diz:

Lamentavelmente, aqui na fronteira o que vemos com o MERCOSUL, são ainda muitas travas, trâmites burocráticos entre Brasil e Argentina. Travas ridículas, absolutamente ridículas, produto de uma estrutura de órgãos públicos retrógrados que ficaram de outras épocas e que já deveriam estar superadas, mas estão cada vez pior e geram conflitos para os moradores da fronteira. Eu sei que normas de segurança são fundamentais, mas também acho que existe o sentido comum. Se quisermos ir a noite comer uma pizza em Capanema, não podemos! Por que não podemos? Não podemos, pois fecham o controle a noite, então essa é uma situação bastante complicada e que gera sentimentos de raiva e indignação, [...]<sup>16</sup>

Tais sentimentos não podem ser ignorados quando se pensa em superar desafios na gestão pública das fronteiras do MERCOSUL. Embora haja alguns avanços e vontade política local direcionada a implantação de políticas públicas transfronteiriças, entre os municípios da zona de fronteira, o que atualmente se constata é que os Estados nacionais, no contexto do MERCOSUL, seguem mantendo rigorosas políticas de controle sobre os fluxos cotidianos transfronteiriças locais. É dizer que os Estados nacionais seguem, em certa medida, com suas fronteiras Estatais rígidas, e as formas de controles são, por vezes, dispare e unilaterais, revelando que as fronteiras continuam sendo geridas pelo sistema político tradicional. Entre Brasil e Argentina, percebe-se ainda que cada país tem adotado políticas de controle segundo critérios nacionais, critérios que não são homogêneos. Como se explica tais ações em tempos de MERCOSUL? A questão está para refletir.

## Referências

- BANDEIRA, M. **Estado nacional e Política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CLAVAL, P. **Géopolitique et géostratégie: la pensée politique, I<sup>er</sup> espace et le territoire au XXe siècle**. Nathan: Paris, 1994.
- \_\_\_\_\_. **La géographie au temps de la chute des murs: essais et études**. Paris: L'Harmattan, 1993.
- CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FOUCHER, M. **L'Invention Des Frontières**. Fondation pour les Études de Défense National, Paris: F.E.D.N, 1986.
- HAESBAERT, R. **Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul**. In: STROHAECKER, T. M. *et al* (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB - Seção Porto Alegre, 1998b.
- LOROT, P. **Histoire de la Géopolitique**. Paris: Economica, 1995.
- MARGALOT, J. A. **Geografia de Misiones**. 6ª ed. Buenos Aires: Warnes, 1994.
- PYKE, J. **La expansión de la frontera agraria en el Nordeste de Misiones**. *El Plan de Colonización Andresito 1978- 1983*. Posadas: Ed. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (U.Na.M.), 1998.
- RATZEL, F. **Géographie politique**. (traduction RUSCH, P.). Paris: Ed. Economica, 1988.
- SANGUIN, A. L. **La Géographie Politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1975.
- SCHIAVONI, G. **Colonos y Ocupantes. Parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agraria de Misiones**. Posadas: Editorial Universitaria, 1995.

## Fontes

1. Este artigo é, com algumas atualizações, parte integrante da tese de doutorado, desenvolvida com o auxílio de bolsas CNPq e CAPES (Bolsa doutorado-sanduíche no exterior). As atualizações decorrem de projetos de pesquisa ora em desenvolvimento no Laboratório de Estudos Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA).
2. A organização político-administrativa do Estado nacional argentino é uma realidade distinta daquela do Brasil, isto é, se faz por meio de Província(s), Departamento(s) e *municipalidad(es)*. Província é uma divisão política territorial de nível superior aos departamentos para fins administrativos, mas não tem autonomia nacional. Departamento é uma divisão administrativa de segundo nível que integra o território de uma Província, (seria equivalente a uma região de um estado brasileiro, por exemplo, o extremo oeste do estado de Santa Catarina). Os departamentos são entidades menores que as Províncias e, ainda que não seja uma regra, normalmente, eles integram várias municipalidades, como, é o caso do Departamento de *Manuel Belgrano* que integra as *municipalidades* de *Bernardo de Irigoyen*, *San Antonio* e *Comandante Andresito*. Contudo, existem Departamentos que possuem apenas uma *municipalidad*, exemplo disso é o Departamento de *San Pedro* cuja *municipalidad* tem o mesmo nome do Departamento. Já a *municipalidad* (equivalente a município no Brasil) é uma realidade político-administrativa local em que há proximidade do poder político (*intendente* = prefeito no Brasil), com a população.
3. Segundo entrevista com um ex-intendente de *Andresito*, em outubro de 2019, o nome inicialmente dado ao lugar foi *Comandante Brown* em homenagem a um militar. A mudança do nome foi exigência da população para homenagear um indígena guarani *misionero* chamado *André Guacurary*, indígena que ao final do século XIX já manifestava preocupações ambientais relativas à Província de *Misiones*. Normalmente, a população se refere ao local simplesmente como *Andresito*, não invocando o termo Comandante. Neste artigo, à exceção de algumas partes do texto, far-se-á referência ao nome lugar como fazem os seus habitantes: *Andresito*.
4. Entrevista realizada na Gendarmería Nacional Argentina, com o Jefe do Escuadron 12, Bernardo de Irigoyen.
5. A Questão de Palmas ou *Misiones* foi a primeira grande questão de limites do Brasil independente com um de seus vizinhos, neste caso, a Argentina. A origem desse conflito político-diplomático remonta ao período colonial. O conflito tratava-se basicamente de reconhecer dois pequenos rios: o Peperi-Guaçu e o Santo Antônio, e duraria por trinta e oito anos. Apesar dos vários Tratados políticos entre as duas partes, o conflito só foi resolvido por meio da arbitragem norte-americana, cujo árbitro escolhido foi o então Presidente *Grover Cleveland*, que pôs fim ao litígio dando parecer favorável ao Brasil. Ver mais sobre o assunto na obra “Conflitos e Povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)”. Editora UFSC, 2010.
6. Terras fiscais – terras públicas pertencentes ao Estado nacional argentino.
7. Informações obtidas em entrevista com ex-intendente de *Andresito*, cujo intendente participou, desde o começo, do *Plán de Colonización* de *Andresito*, 2008.
8. Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008. As entrevistas datam de 2008, pois esse trabalho integra trabalho mais amplo que é a tese de doutorado, por outro lado, os fatos geo-históricos sobre o *Plán de Colonización Andresito* não mudam. No entanto, o trabalho passou por revisões e atualização de informações sobre políticas atuais no contexto do Mercosul.
9. Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008.
10. Intendente na Argentina equivale a prefeito no Brasil.
11. Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008.
12. Entrevista realizada em *Andresito*, agosto de 2008
13. Entrevista realizada, agosto de 2008 em *Andresito*.
14. Entrevistas realizadas com engenheiros florestais do INTA em *Bernardo de Irigoyen*, agosto de 2008.
15. Entrevista realizada com um jornalista de Santo Antonio (PR), março de 2008.